

Poder Executivo

DECRETO Nº 4.501

Altera o Decreto nº 12.857, de 20 de dezembro de 2022, para postergar a inclusão da “água mineral” no rol das operações sujeitas ao regime de substituição tributária.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 87 da Constituição Estadual, e tendo em vista o contido no protocolado nº 21.473.209-2

DECRETA:

Art. 1º Altera o inciso III do art. 3º do Decreto nº 12.857, de 20 de dezembro de 2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

III - de 1º de janeiro de 2025, em relação à alteração 652ª do art. 1º.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2024.

Curitiba, em 22 de dezembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JÚNIOR
Secretário de Estado da Fazenda

143901/2023

DECRETO Nº 4.502

Declara situação de emergência fitossanitária no Estado do Paraná em face da praga *Candidatus liberibacter spp.*, agente causal da doença denominada *Huanglongbing* - HLB ou *Greening*.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o inciso VII do art. 7º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, com a Portaria nº 260, de 02 de fevereiro de 2022, do Ministério de Desenvolvimento Regional, e tendo em vista o contido no protocolo nº 21.500.619-0, e ainda;

Considerando a área ocupada pela citricultura no Paraná de aproximadamente 29.000 ha, produção de 842,4 mil toneladas de frutos, com Valor Bruto da Produção – VBP na ordem de R\$ 826,8 milhões de Reais (SEAB/Deral, 2022);

Considerando que a praga *Candidatus liberibacter spp.* causadora da doença denominada *Huanglongbing* - HLB ou *Greening* dos Citros é atualmente o principal problema fitossanitário da citricultura no mundo, devido à sua severidade, rápida disseminação e dificuldades de controle de seu vetor o psílido (*Diaphorina citri*);

Considerando que o HLB afeta seriamente a produção das plantas cítricas, devido à queda prematura dos frutos, diminuição do tamanho e qualidade dos frutos além de levar à morte precoce das plantas, reduzindo a vida útil dos pomares;

Considerando que o HLB está presente em 148 municípios paranaenses, principalmente nas regiões norte e noroeste, cujos casos de ocorrência foram confirmados oficialmente pela Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - Adapar;

Considerando a necessidade de prevenir a disseminação do HLB para outras regiões do Estado, inclusive a região do Vale do Rio Ribeira, principal polo de produção de Tangerina Ponkan, cuja região ainda não tem ocorrência da doença;

Considerando que não existe tratamento curativo para o HLB, exigindo controle para que outras plantas cítricas não sejam infectadas, exigindo-se a eliminação de plantas hospedeiras (*Citrus spp.*, *Murraya paniculata* (Murta), *Fortunella spp.* e *Poncirus spp.*), tanto em áreas comerciais ou não comerciais, pomares abandonados e plantas isoladas, sejam em áreas agrícolas, áreas urbanas e mesmo em Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal;

Considerando a Lei nº 15.953, de 24 de setembro de 2008, que proíbe o plantio, comércio, transporte e produção da planta Murta (*Murraya paniculata*), por ser vegetal hospedeiro da bactéria *Candidatus liberibacter spp.*, disseminada pelo inseto vetor *Diaphorina citri*, transmissor da praga denominada *Huanglongbing* (HLB - *Greening*);

Considerando que o HLB é uma doença com potencial para inviabilizar a citricultura, tanto no Paraná como em todo o Brasil, com fortes impactos sociais e econômicos;

Considerando a Lei nº 11.200, de 13 de novembro de 1995, que dispõe sobre definição e normas para a Defesa Sanitária Vegetal no Estado do Paraná;

Considerando a Portaria Adapar nº 172, de 13 de agosto de 2014, que estabelece medidas com vista a coibir o comércio ambulante de sementes, mudas e plantas de interesse para a defesa sanitária vegetal no Estado do Paraná;

DECRETA:

Art. 1º Declara situação de emergência fitossanitária em todo o território do Estado, decorrente da infestação na citricultura pela praga *Candidatus liberibacter spp.*,

agente causal da doença denominada *Huanglongbing* (HLB) ou *Greening* dos citros.

Art. 2º Autoriza os Secretários de Estado da Secretaria de Agricultura e do Abastecimento - SEAB, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável - SEDEST, e os titulares da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR e do Instituto Água e Terra - IAT a expedir atos complementares ao disposto neste Decreto, regulando situações específicas de suas competências.

Art. 3º O enfrentamento da *Huanglongbing* (HLB) ou *Greening* dos citros deve considerar medidas para detecção precoce e resposta rápida, bem como controle e erradicação da doença, envolvendo aquisição de mudas de viveiros registrados, uso de técnicas de manejo integrado, capacitação, extensão rural, educação em defesa agropecuária e educação ambiental.

Parágrafo único. Considera-se manejo integrado ações envolvendo monitoramento de plantios para identificação precoce da doença, erradicação das plantas hospedeiras, controle químico para combate da brotação da planta hospedeira, do vetor e da bactéria, bem como o controle biológico do vetor.

Art. 4º A erradicação de plantas hospedeiras do HLB pelos Poderes Públicos Estadual e Municipal, em áreas públicas ou particulares, e pelos proprietários de estabelecimentos rurais ou urbanos é obrigatória, inclusive em Áreas de Preservação Permanente - APP e Reserva Legal, nas quais independe de prévia autorização ou pagamento de taxa.

Parágrafo único. Compete a Adapar, na qualidade de Órgão Oficial de Defesa Agropecuária do Estado, dirimir dúvidas sobre a erradicação de plantas hospedeiras de que trata este Decreto.

Art. 5º Os proprietários de estabelecimentos rurais ou urbanos ficam obrigados, às suas expensas, à erradicação de plantas hospedeiras do HLB, definidas neste Decreto, sob pena de responsabilização com base na Lei nº 11.200, de 13 de novembro de 1995, seu Regulamento e demais normas aplicáveis.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo as ações serem implementadas e executadas no período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da publicação.

Curitiba, 22 de dezembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

VALDEMAR BERNARDO JORGE
Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável

143902/2023

DECRETO Nº 4.503

Homologa situação de emergência no Município de Cândói, em face da ocorrência de Inundações.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos V e VI do art. 87 da Constituição Estadual, em consonância com o contido no parágrafo único do art. 15 do Regulamento do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil, aprovado pelo Decreto nº 9.557, de 6 de dezembro de 2013 e, considerando a Portaria do Ministério do Desenvolvimento Regional nº 260, de 2 de fevereiro de 2022, bem como os efeitos adversos que culminaram no desastre ocorrido no Município de Cândói, causando danos e prejuízos, devidamente documentados em formulário de informação de desastres - FIDE, consubstanciado no protocolo nº 21.508.413-2,

DECRETA:

Art. 1º Homologa o Decreto Municipal nº 370, de 7 de novembro de 2023, exarado pelo Prefeito de Cândói, o qual declara Situação de Emergência nas áreas do município em face da ocorrência de Inundações.

Art. 2º Confirma-se, por intermédio deste Decreto de homologação, que os atos oficiais de declaração de situação anormal estão de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil.

Art. 3º Os órgãos do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil ficam autorizados a prestar o apoio suplementar aos municípios afetados pelo desastre, mediante prévia articulação com a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil.

Art. 4º Este Decreto de homologação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data do Decreto Municipal anteriormente citado, devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de ocorrência do evento.

Curitiba, em 22 de dezembro de 2023, 202º da Independência e 135º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG
Coordenador Estadual de Defesa Civil

143903/2023

DECRETO Nº 4.504

Exonera JAQUELINE CANDIOTO PINHOLLI da função de membro da Junta Administrativa de Recursos de Infrações do Departamento de Estradas de Rodagem.